

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE ABRIL DE 2017

---Ao sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela**, em Sessão Ordinária, nas instalações localizadas na Praça Diogo Vaz Alamão, 11, na **Meadela**, tendo a mesma sido presidida por António Rui Viana Fernandes da Ponte (Presidente da Mesa da Assembleia) e secretariada por Tiago Fernandes Oliveira (1º Secretário) e por Ana Isabel Castro Gonçalves (2º Secretário, em substituição).-----

---O Executivo da União das Freguesias fez-se representar por José António Gonçalves Ramos (Presidente), António José Rodrigues Soares Basto (Secretário), Amadeu Morais Bizarro (Tesoureiro) e pelos Vogais Carlos Manuel Alves Tavares, Maria Rosa Ferreira Pinheiro de Almeida Figueiredo, Maria da Conceição Barbosa Azevedo e Rui Manuel Pimenta Salgueiro.-----

---Conforme **Folha de Presenças** (documento 2) compareceram os membros da Assembleia Carla Patrícia Sendão da Silva, Fernando Domingos Afonso de Miranda, Francisco José Pereira Carvalhido, Hugo Manuel Fernandes Meira, João António Sousa Correia, José Borlido, José Emílio Antunes Viana, José Maria Amieira Flores, Manuel Américo Matos Carvalhido, Miguel Sousa Lima, Raquel Sousa Amorim, Sara Cristina Meira Brota e Vítor Manuel Antunes da Silva.-----

---Foi realizado o registo áudio da sessão.-----

---O Presidente da Assembleia **Rui Viana** agradeceu a presença do Jornal Alto Minho, da Deputada Ilda Novo e de um cidadão emigrante em França. Informou das substituições de membros da Assembleia e procedeu à leitura da **Convocatória** e da respetiva **Ordem de Trabalhos**.-----

### **A | Período Antes da Ordem do Dia**

#### **B | Período da Ordem do Dia**

1. Aprovação da Acta da reunião da Assembleia Freguesia anterior;
2. Informação do Presidente;
3. Apresentação e votação das contas de gerência do ano 2016;
4. Apreciação do inventário de todos os bens;
5. Apreciação e votação da 1ª. revisão orçamental e PPI do ano 2017;
6. Apreciação e votação de toponímia;
7. Estatuto do direito de oposição (informação);
8. Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

#### **C | Período de Intervenção aberto ao Público**.-----

---**Aprovação** por unanimidade.-----

---O **Presidente da Assembleia** informou da distribuição de 5 Moções e uma Proposta para o Período Antes da Ordem do Dia.---

#### **A | PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

---**Sara Brota** questionou qual o tipo de acordo, protocolo ou parceria que foi celebrado com a Câmara Municipal para a cedência e utilização do novo espaço da União das Freguesias em Monserrate.-----

----O Presidente do Executivo **José Ramos** informou ter sido celebrado um contrato-promessa de compra e venda com o proprietário do edifício ocupado, com o pagamento faseado da aquisição, por parte do Município, só após o qual será celebrado um contrato escrito entre este e a União das Freguesias, à semelhança do procedimento efetuado com a Associação dos Reformados.-----

**A.1 | Moção - Saudação Ao 25 de Abril e 1º de Maio (CDU)** (documento 11) | **Rui Viana** procedeu à leitura da proposta.-----

----**Hugo Meira** declarou a sua intenção de voto desfavorável, afirmando não poder concordar com uma referência ao anterior Governo do PSD/CDS, menção essa que deveria ser de louvor a um Executivo que tomou conta de um país na bancarrota e sem dinheiro para pagar aos funcionários públicos, depois de uma governação do PS, atualmente apoiado pela CDU e pelo Bloco de Esquerda, pelo que o referido paragrafo só lhe merece repúdio.-----

----**Tiago Oliveira** propôs a retirada do referido parágrafo crítico para com o anterior Governo, tendo em conta que há muito por construir pelo atual Governo, por exemplo no que diz respeito às 35 horas de trabalho na Administração Pública, que em alguns serviços se realiza mais do que esse horário e as horas extra não estão a ser pagas. Afirmou ser desnecessário falar do anterior Governo quando que deveríamos estar a celebrar de forma positiva o 25 de Abril, convidando os autores da proposta a retirar o parágrafo em causa, de modo a permitir reequacionar o sentido de voto do PSD, cuja bancada subscreve a restante redação.-----

----O Presidente **Rui Viana** questionou o agrupamento da CDU sobre a eventual alteração da moção, alertando para a importância de eventual aprovação por unanimidade.-----

----**João Correia** informou da indisponibilidade da CDU para alteração da redação.-----

----**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 12 votos a favor, 4 votos contra.-----

**A.2 | Moção - Mobilidade a Edifícios Públicos / Instalação de Abrigos de Passageiros (PSD)** (documento 12) | **Ana Gonçalves** procedeu à leitura da proposta.-----

----**José Emilio Viana** disse entender que a proposta não lhe parece integrada no que é a concessão de transportes públicos em vigor, dado existir uma paragem e um autocarro que faz o transporte até ao Hospital, não fazendo sentido reclamar um acesso que na sua opinião já existe. Afirmou ser necessário um contexto integrado de todo o processo, entendendo que a Assembleia não está habilitada a discutir esta questão e portanto votará contra a proposta.-----

----**Tiago Oliveira** afirmou não fazer sentido apresentar uma proposta integrada para todo o sistema de transportes, um documento muito extenso, e que só seria possível com uma sessão extraordinária para o efeito, apresentando em contrapartida dois exemplos de intervenções sem custos exorbitantes, sem custos acrescidos para o concessionário, dado que os trajetos aumentam duzentos ou trezentos metros. Relembrou que o investimento municipal em transportes públicos é inexistente e que inevitavelmente a concessão está baseada no lucro, bem como o facto de terem sido reduzidos os horários implementados para várias freguesias há alguns meses, pois o concessionário estaria a acumular prejuízos. Relembrou que o Presidente do Executivo tinha afirmado nessa ocasião que em caso de aumento de procura teria de ser reequacionada a concessão, considerando que o que ficou por fazer foi a promoção devida dos transportes públicos junto da população. Afirmou ter sido o concessionário obrigado a inventar horários a mais sem existir a devida promoção, por exemplo, junto da juventude. Relativamente ao acesso ao Hospital, a proposta pretende evitar o transbordo para um autocarro de pequenas dimensões, para o qual podem ser necessários tempos de espera de meia hora, o que viria facilitar o acesso a pessoas mais fragilizadas, em local muito íngreme, com um aumento de trezentos metros no trajeto, sem necessidade de entrar no recinto.-----

----**José Emílio Viana** afirmou que os proponentes não perceberam que o acesso ao hospital é uma via com acesso prioritário para ambulâncias, pelo que não faz sentido o trajeto de autocarros até ao local. Sobre os horários de autocarros afirmou não estar em causa o lucro ou o prejuízo da empresa, mas sim a inexistência de passageiros, problema já verificado em concessão anterior, e potenciado pelo comodismo das pessoas, apesar da oferta de autocarros existente. Nos locais onde se verifica não haver passageiros não faz sentido manter os horários.-----

----**Tiago Oliveira** afirmou ser necessário mais investimento para garantir o serviço público de transportes e a acessibilidade das pessoas ao mesmo no nosso território, que é uma área privilegiada, com oportunidades de melhoria que devemos ambicionar.--

----O Presidente do Executivo **José Ramos** esclareceu ter existido um pedido de apoio por parte de moradores do Bairro dos Pescadores aquando da redução de horários, tendo o Executivo intercedido junto do Município e do concessionário, de modo a satisfazer os anseios de ambas as partes. Relativamente aos abrigos de passageiros, afirmou desconhecer se tecnicamente serão exequíveis as propostas apresentadas tendo em conta o espaço disponível nos locais, disponibilizando-se para as fazer chegar ao Município, sugerindo ainda que estas pudessem ganhar outro peso através da sua aprovação em Assembleia Municipal.-----

----O Presidente da Assembleia **Rui Viana** esclareceu concordar com a redação da proposta de recomendação.-----

----**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 7 votos a favor, 7 abstenções, 4 votos contra.-----

**A.3 | Moção – Parque Ecológico Urbano de Viana do Castelo (PSD)** (documento 13) | **Tiago Oliveira** procedeu à leitura da proposta.-----

----**José Emílio Viana** afirmou que o PSD aguarda uma inauguração que foi feita há dez anos, talvez por afeição a inaugurações. Defendeu que o modelo atual salvaguarda da exposição à degradação pública uma área sensível ambientalmente, que é património, rico em fauna e flora, e que por isso deve ter acesso condicionado, e chamou a atenção para os danos causados pelo livre acesso ao Parque da Cidade do Porto ou ao Parque Biológico de Gaia, para além dos custos envolvidos.-----

----**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 8 votos a favor, 5 abstenções, 3 votos contra.-----

**A.4 | Moção – Parque Ecológico Urbano de Viana do Castelo (CDS-PP)** (documento 14) | **Ana Gonçalves** procedeu à leitura da proposta.-----

----**José Emílio Viana** defendeu que um Parque Ecológico não pode ser também um parque de diversões, afirmando-se chocado que o projeto tenha incluído um circuito de manutenção no mesmo local onde se encontra o observatório de aves. Afirmou que só não entrou no parque quem não quis, houve visitas guiadas durante os primeiros meses e dezenas de milhares de pessoas participaram nas atividades do CMIA, talvez 70 000 a 80 000 visitas, e reafirmou que o espaço foi inaugurado em 2007, fazendo agora dez anos, com comemorações públicas. Em termos sociais e culturais a cidade só ganhou por se ter impedido a degradação do espaço que o franquear de portas promoveria, e em termos de custos também, tendo em conta a poupança em manutenção que um parque de portas abertas exige. Declarou votar contra a proposta.-----

----**Raquel Amorim** expressou a opinião de que pode haver melhorias na adesão das pessoas às atividades organizadas no parque, por isso é preciso melhorar a divulgação mas os fregueses também têm de aderir e procurar a informação que está disponível. Considerou que o circuito de manutenção pode ter sido erradamente projetado, eventualmente esta não é a melhor localização para o mesmo, bem como entende que o último parágrafo da moção faz sentido, pois é devido um esclarecimento à população, devendo ainda procurar potenciar mais atividades para a comunidade.-----

----O Presidente do Executivo **José Ramos** declarou conhecer o plano de atividades do CMIA mas informou terem havido várias respostas não concretas sobre a abertura do Parque, que entende ser um assunto a ser definitivamente esclarecido pelo Município.-----

----**Hugo Meira** afirmou que se há equipamentos colocados em locais inadequados deveria haver responsáveis pelo sucedido, pois parece que vivemos no município dos projetos mal feitos, como por exemplo sucedeu no Centro Cultural, onde pelas dimensões não é possível acolher determinados eventos desportivos.-----

----**João Correia** esclareceu que a CDU questionou o assunto em reunião de Câmara Municipal em Janeiro de 2016 e foi prometida a abertura do Parque no Verão de 2016, o que até hoje não se verificou.-----

----**Tiago Oliveira** esclareceu que o projeto venceu o Prémio Nacional de Arquitetura Paisagista em 2009, é da autoria da Arquitecta Ana Barroco, foi recebido por Defensor Moura num evento em Trás-os-Montes, pelo que entende que se o projeto tivesse erros técnicos então existiriam outras responsabilidades. Se há problemas estes devem ser assumidos e poderá ser necessário reformular o projeto e algum investimento, mas afirmou ser verdade a referida promessa de abertura em 2016 por parte do Presidente do Município, bem como em outra reunião por parte do Vice-Presidente.-----

----O Presidente **Rui Viana** informou ter estado em varias ocasiões no CMIA, vai estando ao corrente de muitas atividades e acha que pode haver mais informação para os cidadãos, esclarecendo não ter problemas em votar favoravelmente a moção com pedidos de informações.-----

----**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 11 votos a favor, 2 abstenções, 3 votos contra.-----

**A.5 | Moção – Rua Frei Bartolomeu dos Mártires (CDS-PP)** (documento 15) | **Rui Viana** procedeu à leitura da proposta.-----

----**Hugo Meira** salientou que o estacionamento é proibido, mas isso não é respeitado. A existência dos Serviços Municipalizados na rua fomenta o estacionamento abusivo prejudicando a mobilidade de muitas pessoas no acesso as suas habitações.-----

----O Presidente **José Ramos** esclareceu que o Executivo tem alertado desde a requalificação para a situação, tendo sido colocada sinalética de proibição também do lado esquerdo da rua, sendo que estes alertas têm também sido realizados pela Vereadora da CDU em duas das últimas reuniões da Camara Municipal, existindo a promessa de resolução do problema por parte do Presidente com uma intervenção que desincentive os abusos.-----

----**José Emilio Viana** sugeriu que a proposta fosse alterada para envio à PSP e não ao Executivo Municipal, que não tem competências e capacidade para resolver este problema, por se tratar de um assunto de polícia.-----

----O Presidente do Executivo **José Ramos** acrescentou terem existido várias intervenções de moradores em reuniões de Câmara Municipal, que estão obviamente nas respetivas actas.-----

----**José Borlido** afirmou frequentar o local, onde é habitualmente possível encontrar as próprias viaturas dos Serviços Municipalizados em transgressão, sendo claramente isto um assunto de policia, dada a existência de sinalização de proibição, tendo ele próprio já sido multado. Se não existir civismo, vamos ter uma cidade cheia de mecos, o que não é desejável, pois na maioria das ruas é possível ver carros em cima dos passeios.-----

----**José Emilio Viana** reafirmou que os moradores irem fazer queixa à reunião de Camara Municipal não resolve o problema e é esperar por um milagre, pelo que se deve informar os lesados de que devem apresentar queixa à PSP.-----

----**Hugo Meira** afirmou não alterar a redação da proposta nem o destinatário.-----

----**José Ramos** lembrou que o Presidente do Município assumiu procurar uma solução de desincentivo ao estacionamento e alertou para o facto de também haver abusos por parte de moradores.-----

----**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 13 votos a favor, 3 abstenções.-----

**A.6 | Alteração ao Regulamento do Cemitério da Meadela (CDS-PP + PSD)** (documento 16) | **Rui Viana** procedeu à leitura da proposta.-----

----**Admissão da Proposta | Aprovação** por unanimidade.-----

----**Hugo Meira** introduziu a proposta de salvaguarda do direito dos naturais a serem sepultados na freguesia.-----

----**Américo Carvalhido** questionou o Executivo sobre a proposta apresentada.-----

----**José Emílio Viana** defendeu a promoção de uma discussão mais alargada por entender que a problemática é complexa, manifestando dúvidas sobre se a proposta é útil para a resolução do problema, para além de que em seu entender há muitas pessoas que desejam ser sepultadas na Meadela por terem vivido e construído laços afetivos, sem terem nascido na freguesia.---

----**Rui Viana** lembrou que a Acta da sessão anterior foi aprovada e, relativamente à discussão deste assunto procedeu à leitura da decisão tomada, unanimemente no sentido de acautelar lugar no Cemitério para todos os naturais da Meadela, condicionada à apresentação de propostas de redação final por parte dos agrupamentos políticos, lamentando o facto de os outros dois partidos não o terem feito, tendo concordado com a preocupação expressa por José Emílio Viana.-----

----**Sara Brota** afirmou compreender a preocupação referenciada por José Emílio Viana, mas lembrou que foi feita uma aprovação por unanimidade e da anterior sessão resultou este compromisso assumido por todos os partidos, pelo que foi apresentada esta proposta conjunta.-----

----**Tiago Oliveira** lembrou que foi por um contributo de José Emílio Viana que se procedeu à votação com aprovação, expressamente condicionada a uma posterior alteração da redação, a acordar entre os partidos, de modo a sair de um impasse em que o Presidente do Executivo poderia ver a sua proposta chumbada, e que por esse motivo o Presidente da Assembleia questionou mais de uma vez da hipótese de retirada da mesma. Relativamente ao problema de fundo, o que está na base desta discussão é a necessidade de expansão do cemitério ou de se construir um novo espaço, apesar da não apresentação de quaisquer dados ou estudos por parte do Executivo.-----

----**José Ramos** afirmou que na anterior Assembleia foi questionada a legalidade da proposta, sendo que, em sua opinião, o regulamento manter-se-á tão legal como atualmente, após a alteração a implementar. Não é por prazer que o Executivo apresenta esta proposta, mas sim motivado por casos concretos que teve de resolver, e a pretensão foi tentar espelhar no artigo 5º quem pode ser e quem não pode ser sepultado. O que a Assembleia decidir será cumprido, o Executivo apenas necessita que isto fique claro, para evitar acusações futuras; o ponto em discussão está por esta Assembleia aprovado no Regulamento.-----

----**Rui Viana**, lembrando que esta discussão se prolonga da sessão anterior, assumiu que poderia ter promovido uma reunião interpartidária para resolver esta questão, e propôs a retirada da proposta do CDS-PP e do PSD, tendo em vista a realização de uma reunião com representantes dos partidos e do Executivo, de modo a alcançar uma solução consentânea com a vontade manifestada pela Assembleia. Lembrou que continua nas mãos do Presidente decidir caso a caso.-----

----**Hugo Meira** lembrou que na anterior sessão foi aprovado condicionalmente defender os naturais da freguesia, daí a proposta apresentada, lamentando que o interesse dos outros partidos para a questão tenha sido menor.

----**José Emílio Viana** acompanha a interpretação que o Presidente da Mesa fez da Acta, entendendo precipitada a proposta, e

de legalidade duvidosa, pois esta poderá ser acordada com a colaboração entre partidos mas terá de ser apresentada à Assembleia pelo próprio Executivo.-----

----**José Borlido** esclareceu que votará favoravelmente a proposta, hoje ou em votação futura.-----

----O Presidente **Rui Viana** questionou os proponentes acerca da manutenção da proposta.-----

----**Américo Carvalhido** reiterou o pedido de opinião ao Executivo.-----

----**José Ramos** disse não querer influenciar a decisão, mas alertou para a hipótese futura, que não é de curto prazo, de todos os naturais da Meadela que manifestarem a intenção de serem sepultados no local, terem de ser transferidos para Viana ou Perre.-

----**Francisco Carvalhido** afirmou sentir-se enganado se a proposta não for votada, dado que na sessão anterior alterou o seu sentido de voto, tal como sentiu que a generalidade dos membros procedeu, em prol de um consenso, a ser alcançado hoje.-----

----**Amadeu Bizarro** lembrou que ficou acordado realizar uma reunião para se resolver o assunto, não sendo a Assembleia o local próprio para esta discussão. Afirmou que Tiago Oliveira terá de provar a ilegalidade de o Executivo não permitir sepultar alguns cidadãos no Cemitério da Meadela, alegando que se não existir bom senso não haverá lugar para todos que possam manifestar essa vontade, e apelando a um entendimento.-----

----**Rui Viana** lembrou que a Mesa já assumiu o erro de não ter promovido uma reunião entre os partidos e o Executivo, e que por esta não ter existido, e apenas por esse motivo, votará contra.-----

----**Hugo Meira** afirmou que o seu voto na anterior reunião foi condicionado pela proposta da Mesa e que não faz sentido agora não se discutir e votar a presente proposta, pelo que se sente enganado.-----

----**Rui Viana** afirmou que a expressão usada lhe parece forte, lembrando que, não tendo existido o diálogo entre os partidos, então também se poderia sentir enganado com esta proposta. Propôs a retirada da proposta, contra a condição de agendamento de reunião entre os partidos e o Executivo após a Páscoa, o que foi aceite pelos proponentes.-----

## **B | PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**B.1 | Aprovação da Acta da sessão da Assembleia de Freguesia nº 15** (documento 17) | **Aprovação** por maioria; 13 votos a favor, 3 abstenções, com Declaração de Voto por não participação na sessão.-----

**B.2 | Informação do Presidente** (documento 18) | **Vítor Silva** questionou valores relativos a obras de remodelação nas instalações de Monserrate, tendo sido prontamente esclarecido pelo Presidente **José Ramos**.-----

**B.3 | Apresentação e votação das contas de gerência do ano 2016** (documento 19) | O Presidente **José Ramos** teceu considerações gerais do Orçamento das Receitas e das Despesas, destacando uma execução de 110%, o aumento de verbas provenientes do IMI, Deliberações da Câmara Municipal e Acordos de Execução de 2015. Esclareceu não existir outra forma de apresentar este mapa, as regras são as que estão definidas pelo Tribunal de Contas.-----

----**José Emilio Viana** qualificou o documento como uma desilusão, com uma baixa execução de 51%, afirmou demonstrar falta de gratidão pelos esforço e investimentos feitos pelo Município, no valor de mais de 4 milhões. Equacionou o registo de 7 000 euros em ajudas de custo, bem como qual o destino da poupança de 300 000 euros. Declarou ser necessário a Junta fazer mais e mais depressa, pelo que o PS não aprovará as contas apresentadas.-----

----O Presidente **José Ramos** lembrou que o dinheiro investido é adiantado pela União das Freguesias, que não existe nenhum fornecedor a dizer que não recebeu, nesta autarquia honram-se todos os compromissos.-----

---**Hugo Meira** louvou a atitude de pagar a fornecedores a tempo e horas pois a forma de ajudar as empresas é pagar nos prazos e condições acordados.-----

---**José Emilio Viana** questionou a classificação de abonos enquanto ajudas de custo, discordando. Em termos de investimento, disse ser baixa a execução alcançada, tal como são irrealistas os orçamentos. Referiu que a Câmara Municipal nunca falhou os compromissos com a União das Freguesias.-----

---O Presidente **José Ramos** esclareceu a classificação dos Abonos, sendo a rubrica a aconselhada pelo Pocal. Referiu que o Orçamento de 1 023 000 euros engloba tudo, incluindo todas as despesas incontornáveis, desde Pessoal a Aquisição de Serviços. Questionou que se não for esta gestão autárquica um bom exemplo e um bom desempenho, qual terá sido a Junta de entre as 27 com os mesmos resultados, e com execução com recurso a alguns fundos próprios, e obviamente também com o apoio do Município.-----

---**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 11 votos a favor, 4 abstenções, 1 voto contra.-----

**B.4 | Apreciação do inventário de todos os bens** (documento 20) | O Presidente **José Ramos** apresentou o documento e breves esclarecimentos. O Inventário bruto aumentou 260 000. Em Aquisições de Capital a rubrica mais substancial é o Cemitério com um acréscimo de 201 000 euros pela intervenção realizada; as Amortizações do Exercício foram de 50 000 euros.-----

---**Votação da Proposta | Aprovação** por unanimidade.-----

**B.5 | Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI do ano 2017** (documento 21) | O Presidente **José Ramos** apresentou o documento com breves considerações. Referência aos 300 000 não gastos, que são agora redistribuídos por várias rubricas deixadas em aberto para o efeito.-----

---**José Emilio Viana** manifestou confiança em como este ano vai gastar a verba em causa, contrariamente ao que se verificou no ano passado.-----

--- O Presidente **José Ramos** esclareceu isto ser o procedimento previsto legalmente, tal como aprovado nos Serviços Municipalizados, no Município, podemos é não estar todos de acordo sobre a rubrica de destino das verbas.-----

---**José Emilio Viana** esclareceu que pretendia manifestar apoio nesta decisão e não uma crítica.-----

---**Votação da Proposta | Aprovação** por unanimidade.-----

**B.6 | Apreciação e votação de toponímia** (documento 22) | O Presidente **Rui Viana** esclareceu ter sido realizada a reunião prevista da Comissão de Toponímia e enviada a respetiva acta.-----

---**José Emilio Viana** chamou a atenção para a desnecessária repetição de topónimos.-----

---**Votação da Proposta | Aprovação** por maioria; 15 votos a favor, 1 abstenção.-----

**B.7 | Estatuto do Direito de Oposição (informação)** (documento 23) | O Presidente **José Ramos** esclareceu ter sido cumprido o dever de auscultação das propostas da Oposição.-----

**B.8 | Outros assuntos de interesse para a Freguesia** | O Presidente **José Ramos** prestou breves considerandos e esclarecimentos em vários assuntos, nomeadamente: dificuldade de instalação de parque infantil na zona de Monserrate, relacionada com o Plano Pormenor Frente Ribeirinha, não é possível neste mandato; Feira da Meadela: evolui devagar, não é por falta de vontade do Executivo; melhoramentos necessários no Centro de Saúde da Meadela.-----

**C | PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** | Não se verificaram intervenções do público.-----

---O Presidente da Assembleia **Rui Viana** agradeceu a presença da comunicação social e solicitou autorização para aprovação

da **Acta sob a forma de Minuta** depois de lida a presente ata, composta por \_\_\_\_ folhas devidamente numeradas e rubricadas, a Assembleia de Freguesia deliberou aprová-la por unanimidade e vai ser assinada por quem a presidiu e por mim, Tiago Fernandes de Oliveira e Ana Isabel Castro Gonçalves que a secretariamos.-----  
---A reunião foi encerrada às zero horas e quinze minutos.-----

| **O Presidente** .....  
(António Rui Viana Fernandes da Ponte)

| **O 1º Secretário** .....  
(Tiago Fernandes Oliveira)

| **O 2º Secretário** .....  
(Ana Isabel Castro Gonçalves)